

COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

Termo de Referência 29/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
29/2026	113202-COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	GILBERTO MAGALHAES	27/05/2026 11:10 (v 0.15)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	365/2026	01342.000936/2026-70

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção para manutenção dos bens imóveis do IPEN, nos termos da tabela abaixo conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN. DE MEDIDA	QUANT MIN.	QUANT MAX.	Valor Unit.	Valor Total
1	1	Areia Média	216954	M³	30	150	R\$175,99	R\$ 26.398,50
	2	Bloco de Concreto 14x19x39	478212	Unid.	1000	6000	R\$ 4,60	R\$ 27.600,00
	3	Bloco de Concreto 19x19x39	478213	Unid.	1000	6000	R\$ 6,71	R\$ 40.260,00
	4	Cal Hidratada (Hidróxido de Cálcio), Branca para construção civil	298940	Sacos	20	100	R\$ 22,73	R\$ 2.273,00
	5	Chave Elétrica, tipo boia, reversível, 15A, 250VCA	394028	Unid.	2	20	R\$ 41,67	R\$ 833,40
	6	Cimento CP II F 32 50 KG	454500	Sacos	15	100	R\$ 35,01	R\$ 3.501,00

7	Folha de porta semioca 210x82x35	334312	Unid.	10	50	R\$ 253,56	R\$ 12.678,00
8	Folha de porta semioca 210x90x35	465409	Unid.	10	50	R\$ 196,02	R\$ 9.801,00
9	Folha de porta semioca 210x92x35	249252	Unid.	10	50	R\$ 319,29	R\$ 15.964,50
10	Manta Asfáltica Impermeabilizante a base de asfalto modificado com polímeros elastômeros. Rolo com 10 M de comprimento, 1 M de largura e 4 MM de espessura	318404	Unid.	10	100	R\$ 342,55	R\$ 34.255,00
11	Pedra de Brita número 1	216957	M³	2	10	R\$ 127,64	R\$ 1.276,40
12	Pedra de Brita número 2	216958	M³	2	10	R\$ 211,95	R\$ 2.119,50
13	Piso Vinílico Tipo Paviflex 30x30 Cinza Classic	393004	M²	15	150	R\$ 137,02	R\$ 20.553,00
14	Piso Vinílico Tipo Paviflex, 30x30 Bege	264043	M²	15	150	R\$ 137,02	R\$ 20.553,00
15	Telha Canaleta, Fibrocimento, Comp. 6,0 M, Esp. 8MM	300058	Unid.	10	100	R\$ 351,85	R\$ 35.185,00
16	Telha Canaleta, Fibrocimento, Comp. 6,5 M, Esp. 8MM	271894	Unid.	10	100	R\$ 405,84	R\$ 40.584,00
17	Telha de Fibrocimento Ondulada 244x110x6mm	237554	Unid.	10	100	R\$ 73,09	R\$ 7.309,00

	18	Tijolo de Barro Cozido, padrão comum primeira linha	246732	Unid.	1000	5000	R\$ 0,54	R\$ 2.700,00
TOTAL DO LOTE 1								R\$ 303.844,30
LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN. DE MEDIDA	QUANT MIN.	QUANT MAX.	Valor Unit.	Valor Total
2	19	Lâmpada Led, 12 W, Bivolt, Rosca E27	627743	Unid.	30	300	R\$ 5,43	R\$ 1.629,00
	20	Lâmpada Led, Tubular T8, 20 W, Bivolt	437692	Unid.	250	2500	R\$ 10,99	R\$ 27.475,00
	21	Multímetro digital, 1000V, capacitância até 1000 micro F	341334	Unid.	1	2	R\$ 47,99	R\$ 95,98
TOTAL DO LOTE 2								R\$ 29.199,98
LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN. DE MEDIDA	QUANT MIN.	QUANT MAX.	Valor Unit.	Valor Total
3	22	Alicate Bico, isolado 6 polegadas	398739	Unid.	1	10	R\$ 37,10	R\$ 371,00
	23	Alicate de Corte, cabo isolado, 6 polegadas, para uso elétrico	303943	Unid.	1	10	R\$ 35,45	R\$ 354,50
	24	Alicate Universal, com isolamento, capacidade 8 polegadas, tratamento térmico total e indução no corte	632200	Unid.	1	10	R\$ 46,78	R\$ 467,80
	25	Arco de Serra ajustável 12"	215154	Unid.	5	50	R\$ 43,55	R\$ 2.177,50

26	Caixa Sanfonada, 400mm com 5 gavetas para ferramentas	358678	Unid.	1	3	R\$ 123,03	R\$ 369,09
27	Chave Ajustável, tipo inglesa, 12 polegadas	602157	Unid.	1	5	R\$ 148,63	R\$ 743,15
28	Chave de Boca Ajustável (Inglesa), 10 polegadas	303358	Unid.	1	5	R\$ 64,53	R\$ 322,65
29	Chave de Boca Ajustável (Inglesa), 6 polegadas com abertura da boca de 18MM	342022	Unid.	1	5	R\$ 24,29	R\$ 121,45
30	Conjunto (KIT) Furadeira e Parafusadeira, 12V com maleta	612600	Unid.	1	5	R\$ 238,13	R\$ 1.190,65
31	Furadeira Impacto/ Parafusadeira sem fio, 20V, Mandril: 1 /2 POL	601881	Unid.	1	5	R\$ 370,19	R\$ 1.850,95
32	Jogo Chave de Boca Combinada	393364	Unid.	1	5	R\$ 180,20	R\$ 901,00
33	Jogo Chave de Fenda e Philips, com 6 peças	601980	Unid.	1	5	R\$ 97,29	R\$ 486,45
34	Jogo de Chaves Fixa, aço, 12 peças	373704	Unid.	1	5	R\$ 243,64	R\$ 1.218,20
35	Jogo de Chaves Hexagonal (allen ou sextavada), aço cromo-vanadium 50CR V4, 22 peças	446717	Unid.	1	5	R\$ 123,35	R\$ 616,75
36		446939	Unid.	1	2	R\$ 529,21	R\$ 1.058,42

		Lavadora Alta Pressão Profissional, 600l/h, 1550 PSI						
	37	Máquina de Solda Portátil, tipo inversora, 200A para eletrodo revestido	451177	Unid.	1	2	R\$1.061,60	R\$ 2.123,20
	38	Martelo Tipo Unha, com cabo de madeira, 27mm	341794	Unid.	1	10	R\$ 37,77	R\$ 377,70
	39	Nível Bolha, Alumínio, 12 pol com 3 bolhas	601642	Unid.	1	10	R\$ 31,87	R\$ 318,70
TOTAL DO LOTE 3								R\$ 15.069,16
LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN. DE MEDIDA	QUANT MIN.	QUANT MAX.	Valor Unit.	Valor Total
4	40	Adaptador PVC - Soldável - 1" Cor: Marrom	328087	Unid.	20	200	R\$ 2,32	R\$ 464,00
	41	Adaptador PVC - Soldável - 1/2" Cor: Marrom	466200	Unid.	10	100	R\$ 0,93	R\$ 93,00
	42	Adaptador PVC - Soldável - 3/4" Cor: Marrom	610462	Unid.	20	200	R\$ 1,06	R\$ 212,00
	43	Adesivo Plástico para PVC Incolor - 850 gramas	265158	Unid.	10	100	R\$ 62,85	R\$ 6.285,00
	44	Joelho 45° de PVC Soldável de 1/2" Marrom	242793	Unid.	10	100	R\$ 1,38	R\$ 138,00
	45	Joelho 45° de PVC Soldável de 2" Marrom	337215	Unid.	10	100	R\$ 31,51	R\$ 3.151,00

46	Joelho 45° de PVC Soldável 1 1/2" Marrom	399512	Unid.	10	100	R\$ 7,84	R\$ 784,00
47	Joelho 45° de PVC Soldável 1" Marrom	399513	Unid.	5	50	R\$ 4,91	R\$ 245,50
48	Joelho 45° de PVC Soldável 3/4" Marrom	399511	Unid.	10	100	R\$ 1,58	R\$ 158,00
49	Joelho 90° de PVC Soldável de 1 1/2" Marrom	368832	Unid.	10	100	R\$ 5,14	R\$ 514,00
50	Joelho 90° de PVC Soldável de 1" Marrom	324197	Unid.	20	200	R\$ 2,55	R\$ 510,00
51	Joelho 90° de PVC Soldável de 1/2" Marrom	324202	Unid.	10	100	R\$ 0,63	R\$ 63,00
52	Joelho 90° de PVC Soldável de 2 1/2" Marrom	240403	Unid.	5	50	R\$ 104,91	R\$ 5.245,50
53	Joelho 90° de PVC Soldável de 2" Marrom	243112	Unid.	10	100	R\$ 27,93	R\$ 2.793,00
54	Joelho 90° de PVC Soldável de 3/4" Marrom	346656	Unid.	30	300	R\$ 0,77	R\$ 231,00
55	Joelho De Redução 90° de PVC - Soldável - 3/4" X 1/2"	625283	Unid.	20	200	R\$ 3,81	R\$ 762,00
56	Kit de Reparo para Caixa Acopladas	469990	Unid.	20	200	R\$ 93,61	R\$ 18.722,00
57	Luva Pvc Soldável 1" Marrom	253371	Unid.	20	200	R\$ 2,42	R\$ 484,00

58	Luva Pvc Soldável 1/2" Marrom	253370	Unid.	10	100	R\$ 0,82	R\$ 82,00
59	Luva Pvc Soldável 3/4" Marrom	265029	Unid.	20	200	R\$ 0,83	R\$ 166,00
60	Luva de PVC Soldável 2 ½" Marrom	270496	Unid.	5	50	R\$ 19,49	R\$ 974,50
61	Luva de PVC Soldável 2" Marrom	374216	Unid.	10	100	R\$ 14,20	R\$ 1.420,00
62	Luva de PVC Soldável 3" Marrom	346194	Unid.	5	50	R\$ 47,36	R\$ 2.368,00
63	Luva de Redução de PVC Soldável de 1 1/2" x 3/4"	296242	Unid.	10	100	R\$ 8,12	R\$ 812,00
64	Luva de Redução de PVC Soldável de 1 1/4" x 1"	296240	Unid.	5	50	R\$ 6,77	R\$ 338,50
65	Luva De Redução de Pvc Soldável 3/4" X 1/2"	297971	Unid.	20	200	R\$ 1,61	R\$ 322,00
66	Luva de Redução de PVC Soldável de 2 ½"x 2"	367665	Unid.	5	50	R\$ 34,82	R\$ 1.741,00
67	Luva de Redução de PVC Soldável de 2" x 1 ½"	297949	Unid.	5	50	R\$ 15,91	R\$ 795,50
68	Rabicho Flexível de Alta Pressão 40 cm	352273	Unid.	30	300	R\$ 10,14	R\$ 3.042,00
69	Registro Esfera Pvc Manual 1" Soldável	257682	Unid.	10	100	R\$ 22,89	R\$ 2.289,00
70	Registro Esfera Pvc Manual 3/4" Soldável	415541	Unid.	10	100	R\$ 12,24	R\$ 1.224,00

71	Reparo para Válvula Sanitária, cromada – fixação roscável; bitola 1 1/2"; DN32/DN40.	328915	Unid.	20	200	R\$ 73,14	R\$ 14.628,00
72	Sifão de PVC tipo Sanfona	616677	Unid.	30	300	R\$ 9,62	R\$ 2.886,00
73	Tê de Pvc Soldável 1 1/2" Marrom	613556	Unid.	20	200	R\$ 10,59	R\$ 2.118,00
74	Tê de Pvc Soldável 1" Marrom	333579	Unid.	10	100	R\$ 3,58	R\$ 358,00
75	Tê de Pvc Soldável 1/2" Marrom	625287	Unid.	10	100	R\$ 1,09	R\$ 109,00
76	Tê de PVC Soldável 2 1/2" Marrom	263722	Unid.	4	40	R\$ 69,42	R\$ 2.776,80
77	Tê de PVC Soldável 2" Marrom	390469	Unid.	7	70	R\$ 27,50	R\$ 1.925,00
78	Tê de PVC Soldável 3" Marrom	615155	Unid.	2	20	R\$ 136,64	R\$ 2.732,80
79	Tê de Pvc Soldável 3/4" Marrom	304362	Unid.	30	300	R\$ 1,21	R\$ 363,00
80	Tê De Redução 90° Pvc Soldável 3/4" X 1/2"	369105	Unid.	20	200	R\$ 3,92	R\$ 784,00
81	Torneira de mesa, cozinha, bica alta móvel com arejador articulável e alavanca	233330	Unid.	10	100	R\$ 102,12	R\$ 10.212,00
82	Torneira de parede, cozinha, bica alta móvel com arejador articulável e alavanca	381089	Unid.	10	100	R\$ 106,11	R\$ 10.611,00

83	Torneira Lavatório, Cromada, fechamento automático, tipo mesa	429933	Unid.	10	100	R\$ 204,85	R\$ 20.485,00
84	Torneira Lavatório, Cromada, fechamento manual, tipo mesa, 1/2 POL	617243	Unid.	10	100	R\$ 64,23	R\$ 6.423,00
85	Tubo de esgoto 150mm 6m	398973	Unid.	2	22	R\$ 155,36	R\$ 3.417,92
86	Tubo de Pvc Soldável 1/2" Marrom - 6M	396867	Unid.	3	30	R\$ 19,58	R\$ 587,40
87	Tubo de PVC Soldável 2 ½ Marrom - 6M	214736	Unid.	2	20	R\$ 156,45	R\$ 3.129,00
88	Tubo de PVC Soldável 2 Marrom - 6M	214735	Unid.	3	30	R\$ 180,81	R\$ 5.424,30
89	Tubo de PVC Soldável 3 Marrom - 6M	214737	Unid.	2	10	R\$ 78,91	R\$ 789,10
90	Tubo Pvc Soldável 1 1/2" Marrom - 6M	293806	Unid.	5	50	R\$ 85,31	R\$ 4.265,50
91	Tubo Pvc Soldável 1" Marrom - 6M	214732	Unid.	5	50	R\$ 43,57	R\$ 2.178,50
92	Tubo Pvc Soldável 3/4" Marrom - 6M	396865	Unid.	10	100	R\$ 23,68	R\$ 2.368,00
93	União PVC Soldável, 60mm	300193	Unid.	5	50	R\$ 78,26	R\$ 3.913,00
94	União PVC Soldável, 75mm	616548	Unid.	3	30	R\$ 152,09	R\$ 4.562,70

	95	União PVC Soldável, 85mm	351299	Unid.	2	20	R\$ 204,12	R\$ 4.082,40
	96	Válvula de escoamento para lavatório – material: polipropileno; diâmetro 1" x 1/2"; dupla vedação EPDM	429598	Unid.	10	100	R\$ 38,59	R\$ 3.859,00
	97	Válvula de mictório cromada 1/2"	356591	Unid.	10	100	R\$ 80,72	R\$ 8.072,00
	98	Válvula de Escoamento para Lavatório Metal 7/8	428958	Unid.	20	200	R\$ 39,72	R\$ 7.944,00
	99	Vaso sanitário com caixa acoplada – cor gelo; duplo acionamento (3 e 6 L); saída vertical; acabamento auto brilho.	233166	Unid.	5	50	R\$ 352,14	R\$ 17.607,00
	100	Vedante Torneira Material: Plástico Bitola: 1/2 POL	304551	Unid.	100	1000	R\$ 8,78	R\$ 8.780,00
	101	Vedante Torneira Material: Plástico Bitola: 3/4 POL	304552	Unid.	100	1000	R\$ 6,47	R\$ 6.470,00
TOTAL DO LOTE 4								R\$ 220.290,92
LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN. DE MEDIDA	QUANT MIN.	QUANT MAX.	Valor Unit.	Valor Total
5	102	Chapa de compensado revestida de capa de Sumauma, torneada com miolo formado por madeiras tropicais e /ou pinus. Dimensões: 2,20 m X 1,60 m X 6 mm	272863	Unid.	10	100	R\$ 158,73	R\$ 15.873,00

103	Chapa de MDF - 2 Faces - Branca - 15mm x 2,75x 1,85 mts	329595	Unid.	10	100	R\$ 236,54	R\$ 23.654,00
104	Chapa de MDF - 2 Faces - Branca - 6 mm x 2,75x 1,85 mts	373233	Unid.	8	80	R\$ 208,44	R\$ 16.675,20
105	Cinta de lixa p/ madeira em lona, 1480mm x 150mm, 80 gr	359673	Unid.	50	500	R\$ 33,74	R\$ 16.870,00
106	Cinta de lixa p/ madeira em lona, 4100mm x 150mm, 80 gr	234136	Unid.	50	500	R\$ 99,79	R\$ 49.895,00
107	Cola de contato Formica s/ Toluol Lata 2,8Kg	617165	Unid.	5	40	R\$ 100,20	R\$ 4.008,00
108	Cola Madeira Extraforte PVA (1 KG) - Marca de Referência: Cascola	436300	Unid.	5	60	R\$ 42,62	R\$ 2.557,20
109	Compensado de Sumaúma 15 mm	270670	Unid.	8	80	R\$ 310,68	R\$ 24.854,40
110	Compensado de Sumaúma 6 mm	272863	Unid.	8	80	R\$ 126,74	R\$ 10.139,20
111	Esquadro, precisão, 10 pol.	445068	Unid.	1	10	R\$ 76,23	R\$ 762,30
112	Laminado de Madeira Cerejeira, natural, 2.850 X290X0,6 MM	612088	Unid.	10	100	R\$ 121,57	R\$ 12.157,00
113	Laminado de Madeira Freijó, natural, 2.800 X600X0,6 MM	292889	Unid.	10	100	R\$ 98,44	R\$ 9.844,00

114	Laminado de Madeira Pré-Composta de Carvalho Americano Catedral, 3.150 X640X0,6 MM	612087	Unid.	6	60	R\$ 251,12	R\$ 15.067,20
115	Laminado Melamínico Branco (Fórmica), Texturizado, 3,08 m X 1,25 m X 0,08 mm	228790	Unid.	10	100	R\$ 278,27	R\$ 27.827,00
116	Lima Murça Chata, 8 polegadas	484505	Unid.	1	10	R\$ 40,55	R\$ 405,50
117	Lima Murça Quadrada, 8 polegadas	338118	Unid.	1	10	R\$ 19,42	R\$ 194,20
118	Lima Murça Redonda	241456	Unid.	1	10	R\$ 34,73	R\$ 347,30
119	Parafuso Philips 3,5 x 12 mm (caixa com 1000)	381458	Unid.	4	40	R\$ 25,99	R\$ 1.039,60
120	Parafuso Philips 3,5 x 40 mm (caixa com 1000)	224535	Unid.	4	40	R\$ 110,50	R\$ 4.420,00
121	Parafuso Philips 4,2 x 30 mm (caixa com 1000)	224554	Unid.	4	40	R\$ 64,49	R\$ 2.579,60
122	Parafuso Philips 4,8 x 50 mm (caixa com 1000)	442751	Unid.	4	80	R\$ 57,59	R\$ 4.607,20
123	Parafuso Philips 6,0 x 100 mm (caixa com 1000)	442777	Unid.	4	80	R\$ 67,70	R\$ 5.416,00
124	Placa (chapa) de madeira MDF, 2,75	282565	Unid.	10	100	R\$ 307,27	R\$ 30.727,00

	M X 1,85 M X 18 MM. Acabamento nas duas faces na cor cru, forca e aplainada						
125	Pontalete cedrino 7x7x300 cm	226929	Unidade	20	200	R\$ 60,21	R\$ 12.042,00
126	Prego sem cabeça 10x10	622781	Kilo	8	80	R\$ 25,57	R\$ 2.045,60
127	Prego sem cabeça 12x12	622782	Kilo	4	40	R\$ 17,32	R\$ 692,80
128	Prego sem cabeça 13x18	622784	Kilo	8	80	R\$ 23,89	R\$ 1.911,20
129	Prego sem cabeça 15x15	622787	Kilo	4	40	R\$ 25,55	R\$ 1.022,00
130	Seladora p/ madeira 3,6 L	267400	Lata	5	20	R\$ 179,97	R\$ 3.599,40
131	Tábua Cedrinho 30 cm x 2,50	387805	Unid.	10	100	R\$ 37,31	R\$ 3.731,00
132	Tapa furo adesivo Branco 12 mm (Caixa com 50 unidades)	395541	Caixa	2	20	R\$ 6,80	R\$ 136,00
133	Tubo de Cola Instantanea com 100 gramas - Marca de Referência: TeckBond	352233	Unid.	4	40	R\$ 35,65	R\$ 1.426,00
134	Verniz EPOXI Brilhante, incolor, com catalizador, galão 3,6 litros. Aplicação: madeira	375592	Galão	5	50	R\$ 143,88	R\$ 7.194,00
135	Viga de peroba 8m x 15 cm x 6cm	324438	Unid.	10	100	R\$ 124,34	R\$ 12.434,00

TOTAL DO LOTE 5								R\$ 326.153,90
LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN. DE MEDIDA	QUANT MIN.	QUANT MAX.	Valor Unit.	Valor Total
6	136	Cal para pintura, saco de 8 Kg.	248941	Sacos	10	100	R\$ 15,99	R\$ 1.599,00
	137	Lixa Massa P100	360704	Unid.	10	100	R\$ 1,12	R\$ 112,00
	138	Lixa para Metal D'água Grão 600	462192	Unid.	10	100	R\$ 1,99	R\$ 199,00
	139	Lixa para Metal D'Água Grão 80	624419	Unid.	10	100	R\$ 2,34	R\$ 234,00
	140	Pincel Para Esmalte 2"	464846	Unid.	5	50	R\$ 16,35	R\$ 817,50
	141	Rolo de Pintura de Lã - 23 CM	366366	Unid.	5	50	R\$ 31,60	R\$ 1.580,00
	142	Rolo de Pintura de Lã de Carneiro - 9 CM	377304	Unid.	5	50	R\$ 22,51	R\$ 1.125,50
	143	Selador para Madeira, concentrada, a base de Nitrocelulose Apresentação: Galão 3,6 Litros	393223	Galão	2	20	R\$ 49,81	R\$ 996,20
	144	Tinta Esmalte Epoxi. Brilhante, Branco, Com elevada resistência 3,6 L - Primeira Linha - Base de água	262979	Lata	10	100	R\$ 251,96	R\$ 25.196,00
	145	Tinta Látex Acrílico, para pintura predial Exterior /Interior, acabamento fosco, base Agua, cor	320214	Lata	20	200	R\$ 391,60	R\$ 78.320,00

		Branco, lata com 18 Litros						
	146	Tinta para piso na cor AMARELA, de primeira qualidade, lata de 18 litros	239585	Lata	10	100	R\$ 393,43	R\$ 39.343,00
	147	Tinta para piso na cor BRANCA de primeira qualidade, lata de 18 litros	262306	Lata	10	100	R\$ 408,53	R\$ 40.853,00
	148	Tinta para piso na cor CINZA, de primeira qualidade, lata de 18 litros	239586	Lata	10	100	R\$ 359,03	R\$ 35.903,00
TOTAL DO LOTE 6								R\$ 226.278,20
LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN. DE MEDIDA	QUANT MIN.	QUANT MAX.	Valor Unit.	Valor Total
7	149	Alicate de pressão 10" Reto	606035	Unid.	1	2	R\$ 28,99	R\$ 57,98
	150	Broca de Aço Rápido 10mm	619903	Unid.	3	30	R\$ 27,33	R\$ 819,90
	151	Broca de Aço Rápido 4mm	482733	Unid.	3	30	R\$ 4,95	R\$ 148,50
	152	Broca de Aço Rápido 5mm c/ 10	482565	Unid.	3	30	R\$ 19,36	R\$ 580,80
	153	Disco de Corte 115x1x 22,23mm Marca de Referência: Stanley	626842	Unid.	10	100	R\$ 5,67	R\$ 567,00
	154	Disco de Corte Diamantado, 4 polegadas, furo 12,70mm	415619	Unid.	10	100	R\$ 44,23	R\$ 4.423,00
	155	Disco de Desbaste aço-inox - 115 mm	446555	Unid.	2	20	R\$ 12,48	R\$ 249,60

		x 6,4 x 22,23mm - Modelo de Referência Norton BDA 600						
	156	Disco Flap G120 - 115mmx22, 23mm - Marca de Referência Würth	475836	Unid.	2	20	R\$ 10,03	R\$ 200,60
	157	Disco para policorte 12"x1/8" x1"	312485	Unid.	1	10	R\$ 41,16	R\$ 411,60
	158	Eletrodo E316L - 2 mm (Inox) (2 KG)	484437	Unid	1	10	R\$ 244,41	R\$ 2.444,10
	159	Eletrodo E6013 - 2 mm (1KG)	431109	Kilo	1	10	R\$ 52,18	R\$ 521,80
	160	Eletrodo E7018 - 3,25 mm (5Kg)	396595	Caixa	1	4	R\$ 78,68	R\$ 314,72
	161	Escova de Aço Manual 5 Fileiras	440011	Unid.	1	4	R\$ 8,34	R\$ 33,36
	162	Esmerilhadeira Angular, 850w, 220V p/ disco de 4 1/2 polegadas	601425	Unid.	1	10	R\$ 402,43	R\$ 4.024,30
	163	Jogo de 3 brocas escaloadas com revestimento de titânio 4-12mm, 4- 20mm e 4-32mm	449500	Unid.	1	6	R\$ 92,35	R\$ 554,10
TOTAL DO LOTE 7								R\$ 15.351,36
LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN. DE MEDIDA	QUANT MIN.	QUANT MAX.	Valor Unit.	Valor Total
8	164	Argamassa Tipo ACI 20Kg	441241	Sacos	20	100	R\$ 12,75	R\$ 1.275,00
	165	Piso brilhante Branco 45x45	444388	M²	20	200	R\$ 22,42	R\$ 4.484,00

166	Rejunte Flexível Cerâmica Branco 1 KG	370313	Kilo	50	500	R\$ 5,79	R\$ 2.895,00
167	Revestimento /Azulejo Quadrado Branco Brillhante 15x15	374196	M²	10	100	R\$ 49,17	R\$ 4.917,00
168	Revestimento Branco Retificado 33x59	405781	M²	20	200	R\$ 21,52	R\$ 4.304,00
TOTAL DO LOTE 8							R\$ 17.875,00
TOTAL GERAL							R\$ 1.154.062,82

1.2. Não será permitida a adesão de órgãos participantes e não participantes.

1.2.1 A vedação à participação de outros órgãos na presente Ata de Registro de Preços decorre da necessidade de manter a gestão do instrumento em nível administrativamente viável, uma vez que o objeto exige acompanhamento contínuo, controles específicos e administração direta por parte do órgão gerenciador, sendo que a inclusão de outros órgãos ampliaria de forma significativa o volume de demandas e a complexidade operacional; assim, por razões de ordem administrativa, operacional e de governança, a utilização da Ata ficará restrita exclusivamente ao órgão gerenciador, garantindo execução adequada, previsibilidade e conformidade com a capacidade de gestão disponível.

1.3. *Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.*

1.4. *O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.*

1.5. *Esta aquisição se enquadra como atividade de custeio, uma vez que a atividade de custeio tem por definição o apoio ao desempenho das atividades-meio institucionais. A aquisição de materiais para manutenção predial visa garantir as condições de infraestrutura necessárias para a execução de todas as atividades do Instituto, caracterizando-se, portanto, como uma despesa de custeio.*

1.6. *A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.*

1.7. *O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados do(a) emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

1.8. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: **00402552000126-0-000004/2026**;

II) Data de publicação no PNCP: **13/05/2025**;

III) Identificador da Futura Contratação: **113202-365/2026**;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. O Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares exigirá de seus fornecedores, no exercício de seus mistérios, responsabilidade social e ambiental; no primeiro caso, privilegiando a adoção de práticas que favoreçam a inclusão social e, no segundo, de práticas que combatam o desperdício de recursos naturais e evitem danos ao meio ambiente, conforme o Plano Diretor de Logística Sustentável da Comissão Nacional de Energia Nuclear - PLS - 2024 /2027.

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. A CONTRATADA deverá atender aos critérios e práticas sustentáveis previstas por meio do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, tais como:

a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

b) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local

c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

e) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

f) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

h) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

4.2.2. A CONTRATADA deverá apresentar os conteúdos e resultados produzidos (relatórios, apresentações, etc.) de forma eletrônica, e assim evitar a impressão de documentos, atendendo ao Decreto nº 8.539 de 08/10

/2015 que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.2.3. Ainda considerando o impacto ambiental da execução das atividades, o planejamento e metodologia das auditorias/atividades e preparação das programações, a CONTRATADA deverá aplicar as melhores técnicas e fazer o uso racional dos recursos, já que estes têm impacto direto em consumo de energia, além de eventualmente na produção de lixo.

Da exigência de carta de solidariedade

4.3. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, poderá ser exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que o pagamento é efetuado em até 30 dias após recebimento definitivo do produto, o que garante à Administração evitar qualquer inadimplência na prestação de serviço.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.6 Para os lotes cujo valor estimado supera R\$ 80.000,00, deixa-se de aplicar a reserva de cota de até 25% para ME/EPP prevista no art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, com fundamento no art. 10, II do mesmo Decreto. A divisão do objeto entre dois fornecedores distintos, para fins de cumprimento da cota, acarretaria prejuízo ao conjunto do objeto, aumentando a complexidade de gestão e fiscalização, criando riscos de descoordenação logística, divergência de cronogramas e dificuldades operacionais que comprometem a execução integrada dos serviços. Tais fatores se enquadram nas hipóteses de afastamento previstas na norma, corroboradas pelo entendimento vinculante da AGU e pela jurisprudência consolidada do TCU sobre prejuízo à execução e perda de eficiência decorrentes da fragmentação indevida do objeto.

4.7 Adicionalmente, a pulverização contratual reduziria os ganhos de escala, podendo resultar em preços globais menos vantajosos e contrariando os princípios da economicidade e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021. Assim, a contratação integral do lote por um único fornecedor configura a solução mais segura, eficiente e vantajosa para a Administração, razão pela qual o tratamento diferenciado é excepcionalmente afastado, de forma devidamente justificada e conforme o regime legal aplicável.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. As parcelas dos objetos deverão ser entregues conforme a demanda do produto for prevista, considerando o estoque do IPEN para executar os serviços que necessitam do material constante deste Termo de Referência;

5.2. Estabelecida a necessidade do produto, dentro do prazo de vigência deste SRP, o IPEN solicitará à Empresa Contratada a entrega de tantas unidades quantas forem necessárias para atender a demanda da instituição, dentro do limite mínimo e máximo estabelecido.

5.2.1. O prazo de entrega dos bens será de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho da quantidade especificada no pedido da contratante, em remessa única, podendo ser prorrogado por uma única vez, por mais 20 (vinte) dias, desde que solicitado e fundamentado o pedido da empresa, até 5 (cinco) dias antes do vencimento do prazo.

5.3. A indicação das quantidades constantes deste Termo de Referência possui caráter meramente estimativo, não representando obrigação de aquisição por parte da Administração. A contratação decorrente do Sistema de Registro de Preços somente se concretizará mediante a emissão da respectiva Nota de Empenho, conforme a necessidade do IPEN e dentro do prazo de vigência da Ata, podendo a Administração solicitar quantidades necessárias, desde que respeitados os limites previstos no instrumento convocatório.

5.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.5. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Divisão de Infraestrutura

Av. Professor Lineu Prestes 2242 - Cidade Universitária - Butantã - São Paulo SP - CEP: 05508-000

Telefone: (11) 2810-5788, com o Senhor Gilberto Magalhães, de segunda a sexta-feira nos seguintes horários - das 8:00 às 11:00hs e das 13:00 às 16:00hs.

5.5.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 06 (seis) meses, do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.6. Todas as despesas com frete, carregamento, descarregamento e outras existentes, correrão por conta das empresas vencedoras.

5.7 Que todos os itens entregues deverão estar acondicionados e embalados conforme prática do fabricante, a fim de resguardar a integridade do produto durante o transporte e armazenamento.

5.8 Os funcionários da transportadora deverão observar o empilhamento máximo permitido em caixas, dentre outras recomendações do fabricante.

5.9 Os produtos fornecidos devem estar plenamente de acordo com a especificação descrita neste Termo de Referência, e serem da mesma marca e modelo ofertados e aprovados no parecer técnico.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.10. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.1. tendo em vista a previsão do inciso II do artigo 95 da Lei 14.133/2021, a contratação será formalizada via nota de empenho.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa;

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,1% (um décimo por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 7 (sete) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito

público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.37. Os critérios de reajuste descritos acima se aplicam também à Ata de Registro de Preços.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO POR LOTE*.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral a cada solicitação de fornecimento, podendo as solicitações ocorrer de forma parcelada, conforme a conveniência da Administração e nos termos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

Críticos de aceitabilidade de preços

9.3. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

9.3.1. *Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.*

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos 2 (dois) últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo* de 10% (dez por cento) do *valor total estimado da contratação*.
- 9.26. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;*
- 9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 1.154.062,82 (Um milhão, cento e cinquenta e quatro mil, sessenta e dois reais e oitenta e dois centavos.), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

São Paulo, abril de 2026.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 5 (*cinco*) dias corridos, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.
- 3.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português;
- 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

5.5.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

5.6. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3. Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em São Paulo, Seção Judiciária de São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GILBERTO MAGALHAES

Chefe do Serviço de Infraestrutura



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 11:10:02.